



O brasileiro e a pandemia

O Brasil completou o primeiro ano da pandemia marcando números recordes em contaminação e vítimas de Covid-19, fragilizado por um cenário de incertezas sobre as implicações das novas cepas na proliferação da doença e pelo lento ritmo de vacinação. Questões que têm aprofundado as críticas e cobranças ao governo federal, que desde a chegada do novo coronavírus no país tem sido questionado por sua condução da crise sanitária.

As entrevistas desta edição da *Conjuntura Econômica* retratam dois pontos de vista bem particulares desse quadro. O primeiro é o da empresária Luiza Helena Trajano que, a partir do movimento Unidos pela Vacina, defende transformar o sentimento de impotência diante do novo coronavírus em uma rede de apoio

para acelerar a imunização e, conseqüentemente, a retomada da economia. Para Luiza, é preciso aproveitar o despertar da sociedade civil e, a partir dele, pensar o país no longo prazo.

Se Luiza defende uma visão apartidária, o cientista social Marcos Nobre, por sua vez, faz um mergulho na política nacional para analisar como o presidente Jair Bolsonaro tem conseguido blindar seu nível de aprovação popular de quedas abaixo de 25%, mesmo sendo continuamente criticado por sua posição negacionista frente à pandemia. O apelo de Nobre é para que as forças políticas organizadas repactuem suas regras de convivência e, com isso, fortaleçam a democracia para imunizá-la contra outra doença: o autoritarismo.

“Precisa nascer de nós, sociedade civil, um plano estratégico para o Brasil”



Luiza Helena Trajano

Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza e do Grupo Mulheres do Brasil

Claudio Conceição e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

No último ano, as referências a Luiza Helena Trajano no noticiário surgiram como pílulas de otimismo em meio a tristes manchetes relacionadas à pandemia. Do polêmico programa de *trainees* exclusivo para negros, lançado pelo Magazine Luiza em setembro de 2020, ao recente lançamento de uma frente de apoio empresarial para agilizar a vacinação no Brasil, a popularidade das bandeiras lideradas pela empresária a colocaram no topo da lista de apoios desejados para as eleições presidenciais de 2022. “Nunca me filiei a partido; sou muito política do Brasil”, diz Luiza à *Conjuntura Econômica*, reiterando sua intenção de perseverar no ativismo desvinculado de cargos públicos. Nesta entrevista, ela defende a imunização contra a Covid-19 como prioridade para a retomada econômica, fala do papel da sociedade civil para um projeto de longo prazo para o país, e alerta para a necessidade de iniciativas que combatam o aumento da desigualdade. “O combate à desigualdade social tem que ser uma causa de todo cidadão de bem deste país”, afirma.

Conjuntura Econômica — No início de fevereiro, a senhora anunciou a criação do movimento Unidos pela Vacina, que reúne empresários interessados em ajudar na agilização do processo de imunização no Brasil. Como pretendem atuar?

Vacina é a única alternativa para acertar tanto a saúde quanto a economia. Junto com o Grupo Mulheres do Brasil, convidamos o Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (*IDV, do qual é fundadora*) e a sociedade civil para desenvolver essa iniciativa. Era proibido diagnóstico, fazer acusação e pensar no passado. Tinha que pensar dali para frente. E estamos impressionados com a mobilização que conseguimos. Temos trabalhado 360 graus, divididos em vários grupos. Um grupo

de empresários liderado por Marcelo Silva, presidente do IDV, está trabalhando a interlocução com o governo federal, com o Ministério da Saúde, e buscando ouvir os laboratórios. Também estamos trabalhando com os municípios, através de uma pesquisa coordenada pelo Instituto Locomotiva, onde os representantes das prefeituras respondem pelo celular, em 10 minutos, o que estão precisando para vacinar. Até agora (*dia 22/2, data da entrevista*), temos mil respostas. Outro grupo está trabalhando logística, para entender o que é preciso fazer para a vacina chegar em cada lugar, para o qual já temos apoio de empresas com avião, refrigeração. E assim por diante. Temos muita gente querendo ajudar, e faremos um quadro cirúrgico da necessidade dos municípios. O Brasil tem uma história de vacinação muito melhor do que Europa, Estados Unidos. Quando a vacina chegar, daremos um banho, pois temos toda a cultura de vacinação do SUS.

Quais as principais demandas das prefeituras que já responderam?

Há de tudo. Por exemplo, em Serrana (SP) – *cidade de 48 mil habitantes escolhida pelo Instituto Butantan para um estudo de avaliação do impacto da vacinação com a Coronovac, onde se espera imunizar toda a população maior de 18 anos em 2 meses* –, eles indicaram a necessidade de 12 aparelhos de ar-condicionado para instalar em escolas que são ponto de vacinação. Se abrirem concorrência para comprá-los, levará 3 meses. As demandas são bem variadas, e para coordená-las temos uma área dirigida pelo (João Carlos) Brega, presidente da Whirlpool Latin America, que co-

ordena a conexão entre esses pedidos e as empresas. Uma primeira experiência foi feita na cidade do Rio de Janeiro, onde conectamos a Colortintas, que se dispôs a ajudar, com a prefeitura, para assumir o que era necessário – barracas, sinalização, treinamento – na montagem do posto de vacinação no Sambódromo. Em Nova Lima (MG), também fizemos um teste semelhante. Concomitantemente, estamos em contato com a Anvisa para tratar de detalhes, especificações. Por exemplo, há uma geladeira específica

“Se conseguirmos dar a cada município o que ele precisa, vocês têm dúvidas de que, na hora em que tiver vacina e com a experiência do SUS, iremos rápido?”

para essa atividade que nem em 1 ano a gente consegue que chegue aqui, então estamos buscando alternativas, bem como uma empresa que apadrine essa demanda.

Mas, em primeiro lugar, como gestores que somos, nosso foco está em levantar o que cada município precisa, pois em cada lugar as necessidades são diferentes. Foi isso inclusive que conversei com os governadores,

apontando que os estados teriam dificuldade em fazer esse levantamento e atender a situações específicas. Por isso que, desde o início, nosso foco tem sido nas prefeituras. Pedimos a colaboração dos governadores para incentivar que os prefeitos respondam à nossa pesquisa, e assim estaremos ajudando o próprio estado. Se conseguirmos dar a cada município o que ele precisa, vocês têm dúvidas de que, na hora em que tiver vacina e com a experiência do SUS, iremos rápido?”

Seu protagonismo em causas importantes como a da vacina tem despertado o interesse de partidos em ter seu nome como membro de uma chapa à disputa presidencial de 2022, até mesmo como candidata...

Nem uma coisa, nem outra. Lidero um movimento de 75 mil mulheres em que a primeira coisa é ser apartidária. Nunca me filiei a partido; sou muito política do Brasil. Para isso, não preciso ter cargo político; preciso lutar pelo meu país. Todos os partidos estão sabendo minha posição, tanto a esquerda quanto a direita.

No ano passado, a senhora participou do Movimento Convergência Brasil, que defendia a reforma administrativa e privatizações, e que 30% dos ganhos obtidos com essas duas agendas fossem destinados a um programa de renda. A senhora continua defendendo essa proposta, a necessidade de se ampliar a política social para lidar com o aumento da pobreza derivado da pandemia?

Neste momento, estou focada na vacinação. Mas gostaria de colocar minha perspectiva sobre isso. Sempre fui

a favor do Bolsa Família, porque um país não sai da pobreza sem criar um degrau, principalmente para combater a fome. Acho que a gente deve muito ao Eduardo Suplicy (atualmente vereador de São Paulo pelo PT), que defendeu muito a ideia de uma renda básica, mas foi pouco ouvido. Independentemente de partido, esse é um tema importante, que graças a Deus hoje está sendo debatido de forma ampla, pela esquerda e pela direita. A desigualdade social afeta a todos. Seu combate tem que ser uma causa de todo cidadão de bem deste país. E não vejo outra forma da sair da pobreza que não seja com uma renda mínima. Uma coisa bem colocada.

No caso da Covid-19, o governo reagiu rápido com medidas emergenciais. Se algo demorou a sair, foi muito mais por um problema de burocracia. Mas, quando tirarmos a pandemia de jogo, será preciso planejamento, e no Grupo Mulheres do Brasil temos pensado nisso. A primeira vez que fui ao Japão, em 2015, com minha amiga Chieko Aoki (*fundadora e presidente da rede Blue Tree Hotels*), vi que eles tinham um planejamento de 15 anos para o país. Pedi para traduzi-lo, e passei a reunir planos bem-sucedidos de outros países, bem como todos os que já foram feitos no Brasil. Aliás, o Brasil tem propostas muito bonitas que ficaram na gaveta. A partir da análise desse material, queremos desenhar um plano em quatro colunas: educação, saúde, habitação, e outra que por enquanto chamaremos de economia/emprego, pois não vejo outra forma de a economia girar se não for com geração de emprego. Tudo isso amarrado pela sustentabilidade. Como fazê-lo? A ideia é montar um grupo

da sociedade civil, montar esse planejamento estratégico para o período 2022-2032 e colocá-lo numa linguagem que a população possa entender. Por exemplo, onde queremos chegar com a educação em 2025, em 2028. Em saúde, a mesma coisa. Porque cada governo que entra começa tudo de novo. Por isso acho que precisa nascer de nós, sociedade civil, um plano estratégico. Quero isso como um legado. Não tenho competência para fazer, mas posso juntar pessoas e conduzir esse processo.

“Precisamos formar um grupo da sociedade e montar um planejamento estratégico de 2022 a 2032. E colocar isso numa linguagem que o povo possa entender”

O Magazine Luiza cresceu com foco no atendimento à classe média. Como a rede observou o impacto de pandemia nesse grupo, seja como consumidor, seja como empreendedor usuário da plataforma de comércio digital do Magazine Luiza?

Nunca gostei de selecionar classe e, a partir do momento em que se amplia a multicanalidade, não há camada. A gente vende de tudo a todos. Hoje so-

mos um dos principais *cases* de multicanalidade do mundo. Normalmente, para uma rede que como nós nasceu orgânica, há 50 anos, migrar para esse modelo é difícil. Em geral, vemos empresas nascerem digitais e crescerem a partir daí, como as grandes concorrentes que temos. Mas sempre acreditamos na multicanalidade, de que a loja física não ia acabar. Pagamos um preço muito alto por isso na bolsa, nossas ações despencaram. Mas ficamos firmes no nosso propósito, e de repente foram Amazon e Alibabá que começaram a comprar rede física, pois viram que estávamos certos.

Particularmente, desde 1986 sempre fui muito focada na pequena e média empresa. Essa sempre foi minha missão de vida. Tanto que uma vez fui convidada para ser ministra da Pequena Empresa não por questão de amizade, mas porque a então presidente Dilma Rousseff viu o trabalho que eu fazia no Sebrae à época. É a pequena empresa que segura emprego no país, e não só aqui. Na Europa, o lema é PPP: pense primeiro na pequena. Quando veio a epidemia, o Magazine fez uma coisa genial, e cumprimento a equipe todos os dias por isso. A rede já tinha 50% das vendas por internet, já tinha um *market place*, e podia ter se acomodado aí. Mas então criamos o Parceiro Magalu, voltado para aquele vendedor de artesanato, o informal, que ficou dentro de casa e não pôde trabalhar. Em 8 dias, transformamos essa pessoa em vendedor do Magazine Luiza. Ele recebia uma loja em seu celular, vendia para os amigos e recebia uma comissão pelas vendas. Apareceram 600 mil pessoas interessadas, e em torno de 60 mil até hoje estão vendendo produtos do Magazine. Também possibilitamos à

pequena empresa que não tinha estrutura para entrar no nosso *market place* subir uma vitrine de seus produtos na nossa plataforma. Cerca de 40 mil pessoas nos procuraram; algumas se aprimoraram e depois migraram para o *market place*. Essas iniciativas, além de todo o cuidado que estamos tendo com a saúde de nossos funcionários, me deu condições de fazer o papel de líder cidadã. Conversei com empreendedores desde a Saara (região de comércio popular no Centro do Rio de Janeiro) aos mais chiques. Acho até que vou ganhar um prêmio de recorde de *lives*. Quando percebi que ninguém estava entendendo a MP 936 (que criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda – BEm), pelo IDV buscamos apresentar as medidas numa linguagem que o varejista pudesse entender. Também falamos muito com a Caixa Econômica sobre a liberação do crédito, saber como agilizá-lo para dar menos quebraadeira e desemprego.

No ano passado, o Magazine Luiza se destacou pela abertura, em setembro, de um programa de *trainee* exclusivo para negros. Qual o resultado dessa iniciativa?

A ideia foi do CEO do Magazine Luiza, Frederico Trajano (*filho de Luiza*) e sua equipe. Há 3 anos o programa tinha uma cota para negros que não se conseguia cumprir, então o pessoal teve a ideia de fazer esse programa exclusivo. Foi um período muito pesado. Tivemos muito apoio, mas também muita gente que criticou, nos chamou de racistas. O Frederico ficou assustado, respondeu que o programa vinha da necessidade de termos mais negros na alta diretoria.

Mas nada foi impensado. Nada foi impensado. Tínhamos levado o tema ao conselho da empresa, convidamos um comitê racial da Faculdade Zumbi dos Palmares. E não abrimos mão. Tivemos 20 mil candidatos para 20 vagas. Frederico entrevistou os 30 candidatos da última fase de seleção e ficou emocionado, pois viu que eram pessoas muito boas tanto tecnicamente quanto em comunicação, resiliência, que estavam desempregadas ou ganhando menos da metade do que ganham hoje. E a

“Se simplificássemos o Brasil, economizaríamos de 3% a 10% em custos. Hoje esse recurso é desperdiçado, não vai nem para o consumidor, nem para o governo”

única coisa que fizemos foi baixar a primeira porta de entrada. O restante aconteceu da mesma forma que nos demais testes de seleção que fazemos há 8 anos. Foram selecionados candidatos de todas as regiões do país, a maioria vindos de escolas estaduais e federais. Estive com eles na primeira fase de seleção e foi emocionante. A maior felicidade deles é ter a chance de participarem. É uma visão muito

do conjunto, de que a chance estava dada para muitas pessoas, para dali em diante se aumentar esse nível de participação.

Em entrevista à *Conjuntura Econômica* em 2015 (<http://bit.ly/3kncJeS>), a senhora afirmou que as leis e a burocracia brasileira não incentivavam a produtividade, referindo-se especialmente à legislação trabalhista. Qual sua avaliação sobre a reforma de 2017 e que política considera que poderia impulsionar a geração de emprego nesta retomada?

A reforma não foi a ideal, mas ajudou muito. Vivia com casos de funcionários indo para a Justiça, depois de receber comissão por suas vendas, que é como operamos, onerando o trabalho como um todo. Recentemente, na MP 936, minha luta era para que permanesse a liberdade de os empregados tirarem férias quando quisessem, sem tirar esse direito.

Sobre burocracia, fico triste. Com exceção de poucas iniciativas, a gente não caminhou nada, e digo a vocês que se simplificássemos o Brasil, digitalizando processos, economizaríamos de 3% a 10% em custos. Hoje esse recurso é desperdiçado, não vai nem para o consumidor, nem para o governo. O digital não é apenas *software*, nem plataforma. É uma cultura. Só para dar um exemplo, antigamente os clientes do Magazine Luiza faziam uma compra numa loja física em 10, 15 minutos, mas quando iam para o crediário, levavam 40 minutos no cadastro, aprovando ficha. E o pessoal reclamava disso, pedindo que o pós-venda fosse simplificado. Fazíamos algumas mudanças, mas não conseguíamos melhorar muito. Com

a digitalização, os vendedores têm um aparelho na mão que permite consultar cadastro e realizar uma venda em poucos minutos. E não reduzimos funcionários. Basta olhar a folha de 5 anos atrás e comparar. Hoje temos 44 mil funcionários registrados, muitos em posições que não existiam antes. Por isso digo que digitalizar o país é a grande alternativa.

Quando vejo a discussão sobre reforma tributária, penso: nossa, isso já tem mais de 20 anos e nunca saiu. Ainda estou torcendo. Mas esperavam uma coisa: sem vacina, muitas empresas não estarão aqui no ano que vem. Nunca achei que fosse ouvir dos governadores o que tenho ouvido, de que a situação atual está pior do que no ano passado. Temos que garantir a cobertura da vacina e investir em ciência, para estarmos preparados. Enquanto não enfrentarmos isso, nada vai para frente.

A senhora já disse em algumas ocasiões que é uma CEO de crises, referindo-se a tantas turbulências econômicas pelas quais o país passou nas últimas décadas. O que a senhora pretende levar de experiência da pandemia – além do aprimoramento do Magazine Luiza como um negócio digital, o que incluiu uma série de aquisições durante 2020, de empresas em áreas que vão da logística ao ambiente de pagamentos?

São várias coisas. Muitas passam pela experiência de conviver com sua total impotência diante da realidade. Isso levou a um aumento do nível de consciência dos empresários. Em segundo lugar, acho que no Brasil havia uma grande dificuldade de se pensar “o país é meu”. Talvez por nossa história

com tantos anos de escravidão, e divisão de visões entre colonizado ou colonizador. Sob esse contexto, é difícil tomar-se o papel de responsável pelo país. Minhas redes sociais são abertas a comentários, o cliente pode dizer que não foi bem atendido, e não apago. Agora também tenho lido: compro de vocês porque vocês gostam do Brasil. Então, esse nível de cidadania, que eu sempre achei que faltava, começou a brotar com a epidemia.

Tudo isso é aprendizado diário. Em 2011, quando entramos na bol-

“As pessoas estão cansadas. A maioria está pedindo para respirar, para convergir para uma situação melhor para todo mundo”

sa, falava para o nosso CFO, que até é ex-aluno da FGV: “posso não dar um centavo de lucro a mais, mas continuarei falando de propósito, de ser a melhor empresa para se trabalhar, de cuidar do cliente”, e sou teimosa para essas coisas. Hoje sou convidada por diversos fundos para falar sobre propósito. Estava mencionando agora mesmo a disposição das empresas em fazer doações. E me per-

guntam: será que isso vai acabar com a pandemia? Acho que não, porque essas empresas estão percebendo que doação tem sempre que vir ligada a uma causa, e a causa do país tem que ser a desigualdade social. Porque a desigualdade de um país atinge todo mundo: do milionário que tem que andar de carro blindado e se preocupar com o filho enquanto este não volta para casa, se levou um tiro, ao menino que vai vender droga por R\$ 100 por semana porque não quer ver a família passar fome. Desigualdade é um câncer e tem que ser combatido pela sociedade. Então, acho que o aumento do nível de consciência é algo que vai ficar deste momento muito sério pelo qual estamos passando. Porque a impotência faz a gente ver isso. E não tem que ficar pondo culpa no empresário, de que deveria ter visto isso antes, porque empresário tem muitos desafios neste país, desde ter convivido com hiperinflação, juros altos, e por isso digo que a empresa brasileira tem valor. E também temos que defender o investimento que gera emprego. Veja, parece que o ministro de Infraestrutura (Tarcísio Freitas) está trabalhando bem, mas o país não tem um plano de infraestrutura. E precisamos disso, pois a logística para a economia digital é muito importante. Temos que ter plano de educação. Temos que construir 20 milhões de casas em 10 anos para melhorar o nível de igualdade. O Brasil precisa criar um plano em quatro, cinco pilares, e trabalhar junto, largar de ser a favor ou contra. Porque as pessoas estão cansadas. Tem fanático de um lado e de outro, mas a maioria está pedindo para respirar, para convergir para uma situação melhor para todo mundo. ■

CURSOS DE
**CURTA
& MÉDIA
DURAÇÃO**



**FLEXIBILIDADE PARA ACOMPANHAR O SEU RITMO,
DINAMISMO PARA EXPANDIR SUA CARREIRA.**

Para cada desafio, a FGV oferece um curso dinâmico com constante inovação das temáticas, sempre alinhadas com o momento de quem acabou de se formar ou de quem já é referência no mercado. Você pode escolher entre três modalidades, todas com networking qualificado, professores de renome com experiência de mercado e a excelência de ensino que só a FGV possui.



Cursos Presenciais

Aulas e simulações em ambientes presenciais (jogos, estudos de caso etc).



Cursos Online


Você escolhe quando e onde estudar, com tutoria ativa e amplo conteúdo digital.



Cursos Live

Aulas por webconferência e interação 100% ao vivo com professores e alunos.

VOCÊ VAI MAIS LONGE COM A EXCELÊNCIA FGV.



“Bolsonaro não governa para o país, mas para sua base de apoio”

Marcos Nobre

Professor da Unicamp, presidente do Cebrap

Claudio Conceição e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Mesmo nos momentos de mais forte crítica sobre a condução da pandemia pelo governo federal, pesquisas de opinião mostraram que a aprovação a Jair Bolsonaro sustentou um piso nunca distante dos 30%. Para o cientista social Marcos Nobre, quem se assombra com esse resultado ainda não se dispôs a entender o estilo de governo do mandatário. “A característica da discussão política desde 2018 é subestimar a capacidade de Bolsonaro de superar obstáculos e manter sua base de apoio em circunstâncias desfavoráveis e cambiantes”, afirma. Nesta entrevista à *Conjuntura Econômica*, Nobre defende que em 2022 só haverá concorrência à altura do presidente se a oposição abandonar o posto de torcedor pelos erros do governo para se articular em favor de seus próprios acertos. “Ou fazemos pressão para que as forças políticas da direita não bolsonarista e da esquerda sentem e conversem, ou Bolsonaro será reeleito”, diz.

Conjuntura Econômica — A que atribui a capacidade do presidente em manter um nível de popularidade acima de 25% e boa colocação nas pesquisas visando a 2022, mesmo com a polêmica atuação do governo federal frente à pandemia?

Inicialmente, temos que afastar teses que atrapalham nosso entendimento sobre a eleição de Bolsonaro. A primeira é a de que a população brasileira seria essencialmente conservadora. “Essencializar” as pessoas não faz o menor sentido para mim. As pessoas mudam, a política muda, o voto das pessoas muda. Como as pessoas são conservadoras em uma década e na outra não? A segunda tese que acho que não ajuda a entender essa ques-

tão é a de que Bolsonaro foi eleito pelo antipetismo. Isso pode explicar parcela dos votos, mas não é capaz de explicar a eleição de Bolsonaro. Pelo contrário. Colocá-la como tese explicativa principal significa obscurecer o que realmente levou à vitória de Bolsonaro. E tem uma consequência política, que é a de reforçar a ideia de que o PT é o outro polo do sistema. Então, essas duas teses atrapalham o entendimento da situação de maneira mais complexa.

Há dois fatores muito importantes que muitas vezes são sobrepostos, têm interseções. Em primeiro lugar, o fato de que existem grupos eleitorais, parcelas do eleitorado que se sentiam excluídas da participação política desde a redemocratização, que não achavam que havia a representação que mereciam. Não estou discutindo aqui se isso é verdade. A questão é o que o eleitorado acha, e essas pessoas agora estão se sentindo representadas por Bolsonaro. No meu livro *Ponto final* (Editora Todavia, 2020), dou o exemplo de três desses grupos: as forças de segurança e as Forças Armadas; as denominações evangélicas e o *lavajatismo*. Aí vocês podem dizer: “o *lavajatismo* não está mais com Bolsonaro”. É fato. Mas ao mesmo tempo Bolsonaro, com o auxílio emergencial, por exemplo, consegue repor parcela do apoio de base social que ele tinha. De qualquer forma, é o exemplo de três grupos que se sentiam politicamente excluídos e que numa coalizão de conveniência resolvem apoiar o Bolsonaro.

A interseção que mencionei, que considero importante, é a de uma

parcela desse eleitorado que é antissistema. Não se pode dizer que essa parcela é simplesmente conservadora, e Bolsonaro consegue representá-la também. Ele consegue convencer esse grupo antissistema de que, por exemplo, tentar responsabilizá-lo pelas mortes da pandemia é típico do sistema, da velha política, como ele diz. Que a pandemia é uma fatalidade sobre a qual ninguém tem controle, muito menos ele. E que o Brasil estava quebrado antes dele,

“Bolsonaro consegue
convencer eleitores
antissistema de que tentar
responsabilizá-lo pelas
mortes da pandemia é
típico do sistema, da
velha política”

que o serviço de saúde era ruim, e ninguém do sistema poderia ter feito melhor do que ele está fazendo. E o que é esse sistema? Para Bolsonaro, o sistema é a democracia como tal. Porque ele identifica todos os males do país na redemocratização e na Constituição de 1988. E canaliza esse sentimento antissistema para um projeto autoritário.

Então são eleitores que defendem o autoritarismo?

Não necessariamente esse um terço que apoia Bolsonaro é autoritário. Pelo contrário. Acho que é politicamente importante a gente entender que existe, sim, algo como 12% a 15% do eleitorado que é autoritário, que forma o núcleo duro do bolsonarismo. O restante não o é necessariamente, mas pode ser levado a posições autoritárias se Bolsonaro for reeleito, se continuar na implantação de seu projeto.

Veja, o autoritarismo demora para morrer. Você não tem 21 anos de ditadura e de repente todo mundo vira democrata. O que é característico de Bolsonaro, a meu ver, é que ele conseguiu convergir para uma única figura, uma única candidatura, uma posição autoritária que estava dispersa. Isso é uma questão importante: é a primeira vez que o autoritarismo se organiza no país em termos político-eleitorais desde o final da ditadura militar. Isso posto, uma parcela de 12% a 15% do eleitorado não é desprezível, mas é preciso pensar nos outros 15% a 18% para chegar a um terço. Estudos mais finos sobre bolsonarismo costumam mostrar que existem três camadas de apoiadores, que na linguagem das pesquisas de opinião são classificados de bolsonarismo *heavy*, que é o núcleo duro de apoio; depois teríamos os simpatizantes mais próximos do núcleo duro, e os simpatizantes mais afastados. Essa coalizão é que foi importante para a eleição de Bolsonaro. Daí dizer que foi um acaso é no sentido de que todo populista autoritário eleito, é eleito dessa maneira, com uma coalizão de conveniência.

O problema é que, a partir do momento que esse populista autoritário é reeleito, já não é mais acaso. Pode-se argumentar que as pessoas votaram nesse projeto. Essa é a estratégia de implantação de todo populismo autoritário que estamos vendo no mundo inteiro, e com Bolsonaro não é diferente. Pelo contrário. Quando ele chegou, em 2018, já tinha 8 anos de experiência internacional, se contarmos pela primeira eleição de Viktor Orbán a primeiro-ministro da Hungria como marco desse novo ciclo do populismo autoritário. Então, ele tem como olhar para essas outras experiências e ir afirmando sua tática.

Em artigo, você foi um dos primeiros a apontar, no final de 2019, a necessidade da formação de uma frente ampla de centro para se ter um candidato de oposição competitivo em 2022. Como avalia o atual cenário?

A característica da discussão política desde 2018 é subestimar a capacidade de Bolsonaro de superar obstáculos e manter sua base de apoio em circunstâncias desfavoráveis e cambiantes. A cada situação, forças do campo democrático dizem: “Agora não tem mais jeito”; “Agora ele está acabado”; “Agora Bolsonaro vai perder apoio”, e isso não aconteceu. Ou seja, existe muita torcida e pouca articulação política. As forças não bolsonaristas, vamos dizer assim, ficam esperando que Bolsonaro erre, em vez de tentarem articular para elas acertarem.

Esse é o primeiro dado importante, que faz parte da encenação de Bolso-

naro. Como é um candidato antissistema e é um presidente antissistema, ele sempre dá a impressão de que está nas cordas. Isso faz parte de uma estratégia – de implantação de um regime autoritário no país –, e de uma tática – de concentrar seu esforço para a manutenção de uma base de apoio social próxima a um terço do eleitorado. Mantendo-se com 25% de apoio, Bolsonaro garante duas coisas importantes: afastar a possibilidade de um *impeachment*, e ganhar uma

“Algo como 12% a 15% do eleitorado é autoritário, forma o núcleo duro do bolsonarismo. O restante pode ser levado a posições autoritárias se Bolsonaro for reeleito”

vaga ao segundo turno nas eleições de 2022. Até agora, isso está sendo bem conduzido. Há o outro lado, dividido entre esquerda e uma direita não bolsonarista, com desafios diferentes. No campo da esquerda, o que temos é um travamento e uma divisão, pois a esquerda resolveu adotar como tática o *recall* da eleição de 2018. As candidaturas já estão postas – me refiro

à de Ciro Gomes (PDT) e a de Lula/Haddad (PT) – e são inconciliáveis por várias razões. Uma delas é que, para o PT manter sua base de partido, ele precisa manter o Nordeste, que foi sua grande força em 2018, o que significa isolar o Ciro. Por sua vez, do lado do Ciro, como uma parte do eleitorado que vota à esquerda já está tomada pelo PT, ele tem que fazer acenos para a centro-direita, inclusive para o antipetismo. Então, o campo da esquerda, até agora, está dividido de forma inconciliável.

No campo da direita não bolsonarista, a dificuldade é oposta. Não haverá *recall* de candidaturas, então é preciso inventar novas, o que implica construir um campo que seja alternativo à extrema-direita bolsonarista. E a eleição da Câmara mostrou a enorme dificuldade disso. Em geral, subestima-se o que significa ser presidente da República. Isso tem uma capacidade de atração muito forte, e a direita não bolsonarista tem esse desafio enorme de se colocar como existente.

Na negociação de apoio para a candidatura de Arthur Lira (PP-AL) à presidência da Câmara, a atuação de partidos como o DEM parece ter acompanhado o que chama de pemedebismo – conceito que transcende o PMDB e se refere, entre vários aspectos, à tendência de aderir a qualquer governo, colaborando para a blindagem de iniciativas de fora.

Diria que a tese do pemedebismo, que formulei de maneira mais acabada no livro *Imobilismo em movimento* (Companhia das Letras, 2013), está

chegando em sua forma limite. Por quê? Porque o pemedebismo, como noção, tenta descrever o que é o conservadorismo democrático brasileiro. Temos muitas tentativas de entender o conservadorismo brasileiro histórico, mas em períodos autoritários. Acho que falta entender o que é o conservadorismo em ambiente democrático, e foi isso que busquei fazer. Mas se Bolsonaro se reeleger e conseguir implantar seu projeto autoritário, o próprio conceito de pemedebismo vai deixar de fazer sentido. Ainda que se diga que o Centrão é pragmático, se é que faz sentido ainda falar de Centrão, no momento em que uma parte do sistema político decide apoiar esse projeto, está decidindo arriscar a democracia. Que isso fique claro.

Hoje se debate sobre quem tem mais força para dominar a agenda do Legislativo, se é o Centrão ou Bolsonaro. Caso predomine o primeiro, não há chance de se chegar a uma coalizão?

Não existe uma relação entre Executivo e Legislativo que seja tranquila. É sempre uma relação de chantagem mútua. A questão é que, como falta articulação política no campo democrático, todos ficam torcendo para que o Centrão dome Bolsonaro. Se você for olhar desde 2018, sempre tem candidato que se diz amansador de Bolsonaro. Até agora, porém, ninguém conseguiu. Nem pessoa, nem partido. E não vai conseguir. A ideia de que o Centrão é o novo “enjaulador” de Bolsonaro é conversa fiada. O que se tem é chantagem mútua. E

daí, dependendo da correlação de forças do momento, a corda vai para um lado ou para outro. Mas, se Bolsonaro se reeleger, aí a corda vai arrebentar.

De onde, então, pode vir essa frente ampla?

Hoje, todas as posições continuam travadas. Ninguém se mexe. Quem tenta é bloqueado pelos demais. Estamos em uma situação em que tudo caminha para a reeleição de Bolsonaro. Como

“Frente ampla não tem nada a ver com candidatura única. A questão é ter um acordo mínimo: quem passar para o segundo turno terá o apoio das demais forças”

disse, essa é a situação desde sempre, as pessoas é que ficam inventando que é diferente. Mas política não é futebol. A gente não torce. Fazemos uma coisa que se chama articulação. E articulação são forças políticas organizadas, a direita não bolsonarista e a esquerda sentarem à mesa e negociarem novas regras de convivência política. Hoje não tem nenhuma força política que

confie na outra. E por que é importante restabelecer essa confiança? Porque para que alguém ganhe uma eleição, todas as demais forças precisam aceitar perder. Esse é um fato da democracia. E Bolsonaro não vai aceitar perder, porque ele não pertence ao campo democrático. Mais do que isso: para que quem ganhe a eleição consiga governar, as outras forças políticas precisam aceitar. Nos últimos anos, entretanto, todas as regras de convivência política foram destroçadas. Então é necessário repactuar a democracia, as regras de convivência política, que não são só as de disputa eleitoral, não são apenas regras da relação entre Executivo e Legislativo, mas a relação com o Judiciário, o tipo de garantia que tem que ter a oposição para ser oposição. Isso é um desafio enorme. Se formos olhar os países democráticos que conseguiram isolar a extrema-direita, eles fizeram essa tarefa antes desta chegar ao poder. No Brasil, a extrema-direita já está no poder. Então, estamos com a tarefa dupla: de isolar uma extrema-direita que está na presidência, e repactuar essas regras.

Voltando à pergunta: ou fazemos pressão para que as forças políticas da direita não bolsonarista e da esquerda sentem e conversem, ou Bolsonaro será reeleito. Mas quais são as possibilidades de isso acontecer? A situação é tão, mas tão paradoxal que, por exemplo, para o PT de Lula/ Haddad conversar com Ciro Gomes, o que hoje não acontece, talvez seja necessária uma direita não bolsonarista na mesa, para que se diluam as diferenças. E uma direita não bolsonarista, para se viabilizar e

produzir candidaturas viáveis, provavelmente precisará de apoio na esquerda, porque ela está muito fragilizada. Veja, frente ampla não tem nada a ver com candidatura única. Cada campo vai com quantas candidaturas quiser; a questão é que precisa ter um acordo mínimo, que não é um acordo eleitoral, mas tem consequência eleitoral que é a seguinte: quem quer que passe para o segundo turno contra Bolsonaro terá o apoio das demais forças. Isso está longe de ser evidente. Mas precisa acontecer. Então, a possibilidade de que a direita não bolsonarista consiga se estruturar talvez seja conversar com a esquerda. E para que a esquerda consiga conversar entre si, talvez só se outras forças que não são de esquerda sentarem à mesa. É paradoxal, mas é como estou vendo hoje.

Economistas em geral avaliam que problemas para a recuperação da atividade e do emprego este ano podem enfraquecer a posição do presidente. Como avalia o impacto da economia no quadro político?

Está se dizendo isso há quanto tempo, dois anos? Faz parte da conversa de que: “ah, agora Bolsonaro se enfraquece; ah, agora Bolsonaro está acuado”. É a torcida, não tem nada a ver com articulação. A possibilidade de a economia piorar e o desemprego aumentar pode diminuir em quanto a base de apoio a Bolsonaro? Como já mencionei, penso que o cálculo numérico de Bolsonaro – que é uma suposição minha, não está escrito em lugar algum – seja de que

tendo algo como 25% de taxa de aprovação ele está no segundo turno em 2022 e está assegurado contra o *impeachment*. E acho que esse cálculo está correto. Então o que ele faz? No momento em que a base de apoio chega perto de 25%, ele já chama alguns gatilhos para recuperá-la até voltar a um terço: auxílio emergencial, discursos para os caminhoneiros, e por aí vai. O fundamental aqui é: a situação vai deteriorar a ponto de Bolsonaro ter taxa de aprovação

“2018 foi uma eleição propícia a *outsider*, porque não houve uma organização de presidente versus oposição. Agora temos. E o incumbente é antissistema”

menor que 25%? Não parece. Como é possível? Por todos esses fatores aqui mencionados. Teoricamente, uma reação à piora da economia parece lógica. Mas, no cálculo político, não.

Veja, Bolsonaro constituiu uma narrativa sobre a pandemia que faz sentido para o grupo que o apoia. Isso é que é difícil de aceitar. Como cientis-

tas e observadores, precisamos buscar entender o que está acontecendo, para podermos agir politicamente. Se continuarmos a achar que o Bolsonaro está cada vez mais fraco, não vamos nunca conseguir entender por que ele mantém sua base de apoio. E aí chega no segundo turno em 2022 e ele pratica a mesma tática: vai demonizar o adversário como representante do sistema, com a máquina de desinformação e a esfera pública alternativa que ele criou, uma esfera própria de informação e debate entre as pessoas, que são mecanismos muito efetivos para se demonizar o adversário. Aconteceu isso no segundo turno das eleições municipais. É uma bobagem dizer que Bolsonaro perdeu as eleições municipais. Todos os partidos que o apoiam no Congresso venceram as eleições municipais. Como assim ele perdeu se em todos os segundos turnos em que havia candidaturas da esquerda as estratégias de demonização dessas candidaturas foram muito bem-sucedidas, com participação da máquina de propaganda de Bolsonaro? Então, se a direita não bolsonarista não viabilizar candidaturas capazes de atrair o eleitorado de direita não bolsonarista, esse eleitorado, que chamo de nem-nem, que nem aprova nem rejeita Bolsonaro, vai com ele já no primeiro turno.

É possível que um *outsider* possa trazer uma narrativa forte e competitiva para fazer frente a Bolsonaro em 2022?

Só para enfatizar: quando falo em frente ampla, não estou falando de

candidatura única no campo democrático. O Brasil não é Estados Unidos, não vai surgir um Joe Biden. Isso posto, essa hipótese é a mais delirante de todas. Por quê? Em 2018, não houve presidente concorrendo à reeleição. Essa foi uma eleição propícia a *outsider*, porque não houve uma organização em termos de presidente *versus* oposição. Agora temos. E mais ainda: o incumbente é antissistema. Então, não será apenas um candidato antissistema, mas um presidente antissistema. Ele se virou contra o funcionamento do Estado que ele próprio deveria estar dirigindo. Então, como vai aparecer um *outsider*? Isso é um delírio completo. A eleição estará organizada entre incumbente e oposição ao incumbente. É completamente diferente em termos estruturais à anterior. Quem queria ser *outsider*, que tivesse sido candidato em 2018.

Outra coisa que gostaria de deixar claro: quando estou falando de frente ampla, vocês podem argumentar: é exatamente o que Bolsonaro chama de sistema. Sim. Na verdade, ele fará isso com ou sem formação de frente ampla. Então melhor que se forme, se quiser chamar que chame, desde que se consiga ter pelo menos dois terços do eleitorado. Uma das coisas extraordinárias de Bolsonaro ter sobrevivido a essa crise sanitária é que uma pandemia exige não só organização do sistema, mas uma reorganização do sistema. Como é uma situação de guerra – não vamos discutir aqui se a metáfora é adequada – precisa de uma reorganização como se fosse guerra, pois é preciso voltar todo

o aparelho produtivo, a máquina do Estado, para o combate ao vírus. E foi o que Bolsonaro não fez, e mesmo assim continuou com 1/3 de aprovação. Então, se não houver uma reunião daqueles que são o sistema, de todos os governos desde a redemocratização com exceção do de Bolsonaro, não haverá como derrotá-lo em 2022. Cada vez ficamos inventando desculpas, dizendo: o precipício está mais adiante, está longe. Mas não está. É muito difícil

“Bolsonaro não governa para todos. Acha que isso é conversa de velha política. Governa apenas para os bons brasileiros. E quem são? Os que o apoiam”

criar uma frente? Sim. Mas sem isso não há saída.

Como avalia o aumento da presença de militares no Executivo?

Em geral, presidentes arbitram conflitos. Certas vezes, até estimulam posições diferentes para depois arbitrá-las. No governo Fernando Henrique

Cardoso, por exemplo, essa posição antagônica se dava entre Planejamento e Fazenda. No caso de Bolsonaro, ele joga militares contra o Centrão que chamo de carcará – que pega, mata e come –, Centrão contra os representantes de denominações evangélicas, e assim por diante. Mas, em vez de arbitrar o conflito, não dá vitória nem para um, nem para outro; deixa que se destruam entre eles. O que faz é vetar quando uma posição que ele considera que será vencedora puder afetar a taxa de aprovação de um terço que ele busca. De fato, Bolsonaro não governa para todos. Acha que isso é conversa de velha política, do sistema. Ele governa apenas para os bons brasileiros. E quem são os bons brasileiros? São os que o apoiam. Ele olha para essa base o tempo inteiro, e se tiver um projeto de lei, uma posição que possa afetar os interesses dessa base de apoio, ele veta. O resto ele deixa para os interesses políticos se entenderem, numa relação que pode ser selvagem. Ele nunca irá contra uma pauta evangélica muito importante; contra uma pauta militar importante; uma pauta de caminhoneiros importante. De resto, quanto mais brigarem, melhor. Como costume dizer, Bolsonaro foi eleito por causa do colapso de nossas instituições desde 2013. E ele precisa manter as instituições em estado de colapso para se manter no poder. Ele tem o caos como método. Então, precisamos entender esse estilo de governo, que é muito específico, difícil de compreender. Porque é assim que funciona, e funciona muito bem – não para o país, mas ele não governa para o país, e sim para sua base de apoio. ▀